

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA**

SARAH PÂMELA FERNANDES LEITE

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA,
2005-2012**

**BRASÍLIA
2016**



SARAH PÂMELA FERNANDES LEITE

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA,
2005-2012**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Saúde Coletiva, da Faculdade de Ceilândia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Reis de Andrade

**BRASÍLIA
2016**

SARAH PÂMELA FERNANDES LEITE

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2005-2012

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Saúde Coletiva, da Faculdade de Ceilândia, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovada em: 27/06/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Flávia Reis de Andrade
Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia

Profa. Dra. Antonia de Jesus Angulo Tuesta
Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia

Profa. Dra. Priscila Almeida Andrade
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia

BRASÍLIA
2016

Aos meus pais, que com palavras de carinho me motivaram a continuar.
À professora Flávia, pelos conhecimentos transmitidos e que me auxiliaram na conclusão desta monografia.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me guiou em toda a minha trajetória. Sou grata a Ele por ter me sustentado nos momentos mais difíceis e pela oportunidade de conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Aos meus pais Antônio e Paula, pelo cuidado, auxílio e o incentivo em meus sonhos.

Aos meus irmãos, Samara, Samuel e Daniely. Agradeço pelo apoio e por compartilharem comigo momentos de alegria. Em especial, agradeço a Samara por sua amizade e cumplicidade.

À professora Flávia, sou grata por sua paciência e carinho. Agradeço todos os conhecimentos transmitidos para concretização desse trabalho.

À banca examinadora integrada por Antonia de Jesus Angulo Tuesta e Priscila Almeida Andrade que aceitaram participar da avaliação desse trabalho.

As minhas amigas: Bianca, Juliana, Natália, Stelamares e Vanessa. Agradeço por estarem presentes quando precisei, me estimulando durante esse processo.

Meus agradecimentos ao Ulisses Júnior, pela compreensão no período de escrita do trabalho e por todos os seus conselhos.

A todos os professores do curso de Saúde Coletiva, pelos conhecimentos e aprendizados que auxiliaram na minha formação profissional.

RESUMO

Objetivou-se analisar os artigos científicos publicados na Revista Brasileira de Bioética, no período de 2005 a 2012. Metodologia: Realizou-se um estudo do tipo descritivo com abordagem quantitativa. Foram analisados todos os artigos publicados na Revista Brasileira de Bioética (RBB) no período compreendido desde a sua criação até o último número publicado, ou seja, de 2005 a 2012. Os artigos foram localizados no sítio eletrônico da RBB. Além disso, foi realizada consulta ao acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Foram coletadas as seguintes variáveis: referência do artigo, seção (artigos especiais, originais ou de atualização), fonte de financiamento, origem geográfica, desenho de pesquisa, área temática do estudo, relação com dissertação ou tese, bem como vínculo institucional, titulação e sexo dos autores (até o terceiro). Para tanto, foi criada uma estrutura de questionário para entrada de dados no pacote Epi Info (versão 2000).

Resultados: A RBB não conseguiu manter a periodicidade no período analisado. Observou-se predominância de autores do sexo masculino, principalmente como primeiro autor (59,8%). Quanto ao vínculo institucional, 51,9% (n=95) dos autores são de universidades públicas. Os manuscritos provenientes dos serviços públicos de saúde são poucos (8,7%). Os artigos publicados na RBB são, em sua maioria, de autores das regiões Centro-Oeste (n=26), Sudeste (n=23) e Sul (n=21). Apenas 1 manuscrito, de 2011, é da Região Norte e, mais especificamente, do estado do Pará. Ao desagregar os dados por Unidade da Federação (UF), destacaram-se Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. No que concerne ao tipo de estudo, a maior frequência foi de ensaios teóricos (85,2%), com predomínio da área temática: "Vulnerabilidade em Saúde" (14 – 11,5%), seguindo-se de "Direitos Humanos" (13 – 10,7%) e "Teoria Ética" (11 – 9%).

Conclusão: A dificuldade de conseguir apoio financeiro influenciou na não manutenção da periodicidade da RBB. Há disparidades regionais na produção científica da RBB. A maioria dos artigos publicados é de autores das regiões Centro-Oeste, mais especificamente do Distrito Federal. A edição da RBB é realizada pela Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília e pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética dessa instituição, o que pode ter influenciado nesse achado. No que se refere ao tipo de estudo, grande parte dos artigos publicados são ensaios teóricos, uma vez que vários manuscritos se originaram de conferências proferidas em

encontros acadêmicos da área. Vulnerabilidade em Saúde, Direitos humanos e Teoria Ética foram às áreas temáticas mais abordadas nos artigos analisados.

Palavras-chaves: Bioética. Publicações Periódicas. Artigo de Revista.

ABSTRACT

It was aimed to analyze the articles published on the Revista Brasileira de Bioética, during 2005 to 2012. **Methodology:** Was realized a descriptive study with quantitative approach. All the articles published on the Revista Brasileira de Bioética (RBB) on the period of its creation until the last one published, that is, from 2005 to 2012. The articles were found on the RBB website. Furthermore, was realized a consultation on the Central Library of the University of Brasília archives. The following variables were collected: Article reference, section (special articles, originals or updates), financing source, geographical origin, research drawing, study's thematic area, relation to dissertation or thesis, as well as institutional link, author's title and sex (until the third one). For this purpose, was created a questionnaire structure to enter the data on the Epi Info software (version 2000). **Results:** The RBB didn't manage to maintain the periodicity on the analyzed period. It was observed predominance of male author's, mainly as first author (59,8%). As to institutional link, 51, 9% (n=95) authors are from public universities. The manuscripts from health public services are a few (8,7%). The articles published on RBB are, in its majority, of authors from the regions Central west (n=26), Southwest (n=23) and South (n=21). Only 1 manuscript, from 2011, is from the North region and, more specifically, from Pará state. By disaggregating the data by Federative Unit (FU), were highlighted the Federal District, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo and Paraná. On the matter of study type, the most frequent were theoretical essays (85,2%), with the predominance of the thematic area: "Health Vulnerability"(14 – 11,5%), followed by "Human Rights" (13 –10,7%) and "Ethical Theory" (11 – 9%). **Conclusion:** The difficulty of getting financial support influenced the failure to maintain the periodicity of RBB. There are regional disparities in the scientific production of RBB. Most of the published articles is author of the Midwest, specifically the Federal District. The issue of RBB is carried out by the Unesco's Chair in Bioethics at the University of Brasilia and the Graduate Program in Bioethics of the institution, which may have influenced this finding. As regards the type of study, much of the published articles are theoretical essays, since several manuscripts originated from lectures given in academic meetings in the area. Health Vulnerability, Human Rights and Ethical Theory were the most discussed subject areas in the analyzed articles.

Key words: Bioethics, Periodic Publications, Magazine Article.

LISTA DE TABELAS

Número e Título da Tabela

1. Frequência absoluta de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo volume, ano e seção, 2005-2012.....	27
2. Frequência absoluta de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo ano e idioma, 2005-2012.	28
3. Relação de editores interino, executivo e associado da Revista Brasileira de Bioética, 2005-2012.....	29
4. Frequência absoluta e relativa dos autores da Revista Brasileira de Bioética segundo sexo e participação na autoria, 2005-2012.....	30
5. Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo tipo de autoria, 2005-2012.....	30
6. Frequência absoluta e relativa dos autores da Revista Brasileira de Bioética segundo vínculo institucional e participação na autoria, 2005-2012.....	31
7. Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo tipo de estudo, 2005-2012.....	33
8. Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo o tipo de estudo e a origem institucional do primeiro autor, 2005-2012.....	34
9. Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo área temática, 2005-2012.....	35

LISTA DE FIGURAS

Número e Título da Figura

1. Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética, publicados segundo região brasileira, 2005-2012.....	31
2. Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética, publicados segundo Unidade da Federação, 2005-2012.....	32
3. Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética, publicados segundo País ou (Sub) continente, 2005-2012.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMM -	Associação Médica Mundial
ANVISA -	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Capes/MEC -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação
CBB -	Congresso Brasileiro de Bioética
CDC -	<i>Centers for Disease Control and Prevention</i>
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Bireme -	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde
DECS -	Descritores em Ciências da Saúde
Decit -	Departamento de Ciência e Tecnologia
DUBDH -	Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos
Lilacs -	Literatura Latino-Americana de Ciências Sociais
PIB -	Produto Interno Bruto
SBB -	Sociedade Brasileira de Bioética
Sctie -	Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos
Sgtes -	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Sibi -	Sociedade Internacional de Bioética
RBB -	Revista Brasileira de Bioética
MS -	Ministério da Saúde
Nepeb -	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética
UnB -	Universidade de Brasília
Unesco -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UF -	Unidades da Federação

APRESENTAÇÃO

Ingressei no Curso de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília no segundo semestre de 2010. Durante a graduação, participei de atividades de pesquisa e de extensão. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se originou a partir de um projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília em 2012. Neste mesmo ano, cursei a disciplina “Introdução à Bioética”, que me permitiu compreender a importância dessa área do conhecimento para a minha futura profissão.

Gostaria, então, de justificar a escolha do tema do meu TCC. Para tanto, é preciso salientar alguns aspectos teóricos que aprendi na referida disciplina. O Princípioalismo é uma corrente da Bioética criada em 1979, bastante reconhecida por auxiliar na discussão em torno de problemas e dilemas éticos que surgem na assistência à saúde. No entanto, bioeticistas de países pobres e em desenvolvimento começaram a apontar a sua insuficiência para problematizar questões inerentes a esses locais, como o acesso aos serviços públicos de saúde e a alocação de recursos escassos. Dessa crítica, surgiram alternativas. A Revista Brasileira de Bioética (RBB) é um meio de apresentação e discussão dessas outras possibilidades. Enquanto Bacharel em Saúde Coletiva em um país como o Brasil, terei de lidar frequentemente com conflitos de natureza ética. Dessa constatação, surgiu o interesse de conhecer a produção científica da RBB.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 DEFINIÇÃO E HISTÓRICO DA BIOÉTICA	17
2.2 BIOÉTICA NA AMÉRICA LATINA	19
2.3 PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA	21
3 OBJETIVOS	24
3.1 OBJETIVO GERAL	24
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
4 MATERIAL E MÉTODO	25
5 RESULTADOS	27
6 DISCUSSÃO	37
7 CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	43

1. INTRODUÇÃO

A palavra bioética foi criada pelo americano Van Rensselaer Potter na década de 1970, em um contexto marcado por diversas mudanças nos contextos social, político e tecnológico (DINIZ e GUILHEM, 2005). Preocupado com o futuro do planeta, Potter enxergou na bioética um meio de promover a união das ciências biológicas e dos valores humanos (PIZZANI, SILVA e HOSSNE, 2010). A sua emergência está associada com o aprimoramento da concepção de direitos humanos e com os desafios decorrentes dos avanços científicos (DINIZ e GUILHEM, 2008). Além disso, revelações de má conduta científica, como as que constam no artigo publicado por Beecher (1966), são citadas como acontecimentos marcantes em textos que se ocupam da genealogia da bioética.

O ano de 1979 é bastante citado entre os bioeticistas. Nele, Beauchamp e Childress publicaram o livro intitulado *Principles of Biomedical Ethics*. Esta obra deu origem ao Principlismo, definido por Garrafa (2008a, p. 2) como “uma corrente hegemônica da bioética estadunidense, baseada em quatro princípios pretensamente universais [...]: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça”. O Principlismo é bastante reconhecido pelo seu valor na análise de dilemas e problemas éticos no âmbito da assistência à saúde e da pesquisa. No entanto, apresenta insuficiências na discussão dos chamados macroproblemas bioéticos, tais como a escassez de recursos e as questões ambientais (GARRAFA, 2008a). Por essa razão, alguns países latino-americanos passaram a propor correntes alternativas, como a bioética de intervenção (GARRAFA, 2008a; GOMES et al., 2009).

A publicação da Resolução nº 196 de 1996 e a criação da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) em 1995, figuram como marcos importantes na consolidação da bioética brasileira. A SBB “é uma associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede, secretaria executiva e foro jurídico no Distrito Federal [...]”, que possui como missão “fomentar a discussão e difusão da Bioética no Brasil”. Para tanto, busca “apoiar e participar de movimentos e atividades que visem à valorização da Bioética”, bem como “patrocinar eventos de Bioética, conforme regulamentos próprios” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2016). Além dos objetivos mencionados, a SBB visa “estimular a produção de conhecimento em Bioética”.

Nesse sentido, em geral a cada biênio, a SBB promove o Congresso Brasileiro de Bioética (CBB), que no ano de 2015, aconteceu sua décima primeira edição. O CBB é o principal evento da área no Brasil, realizado com o intuito de expressar o percurso e o progresso do conhecimento produzido na bioética (SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2016). Os anais do CBB reúnem, portanto, um conjunto expressivo de estudos bioéticos. Além disso, desde 2005, a SBB publica a Revista Brasileira de Bioética (RBB) com intuito de “divulgar a produção científica da bioética brasileira e latino-americana, visando assim contribuir para a construção de uma visão cada vez mais contextualizada, madura e sempre plural da bioética” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2016).

É fato que “as revistas científicas são essenciais à pesquisa. O pesquisador sabe que nelas encontrará, cuidadosamente selecionados por especialistas, os artigos que se relacionam com as pesquisas mais recentes” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 122). A RBB surgiu com a tarefa de contribuir com a maturidade científica da bioética brasileira, sendo que seus artigos sinalizam um interesse crescente por situações emergentes e persistentes. Estudos que se propõem a realizar uma análise temática ajudam a conhecer o que vem sendo produzido cientificamente em determinado campo. Desse modo, objetivou-se neste estudo analisar os artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética no período de 2005 a 2012.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. DEFINIÇÃO E HISTÓRICO DA BIOÉTICA

Conforme mencionado, o neologismo “bioética” foi criado pelo norte-americano Van Rensselaer Potter por meio de dois escritos: um artigo científico de 1970, intitulado “*Bioethics, the science of survival*”; e um livro (“*Bioethics: bridge to the future*”), publicado no ano seguinte (LOPES, 2014). Neste livro, considerado uma referência importante na área, Potter defende que a bioética deveria ser uma área capaz de acompanhar eticamente o desenvolvimento científico com o objetivo principal de garantir a sobrevivência da espécie humana (DINIZ e GUILHEM, 2008). É, por isso, chamada de bioética global.

Ainda em 1971, o obstetra André Hellegers, da Universidade de Georgetown, fundou um instituto cujo nome continha a palavra *bioética* (DINIZ e GUILHEM, 2008). É considerado o primeiro uso institucional do termo. Tratava-se, basicamente, de um centro de estudos voltado para a reflexão ética dos avanços tecnológicos na área da saúde. No entanto, ao contrário de Potter, Hellegers estava mais preocupado com problemas de natureza clínica, propondo elementos para o que mais tarde ficou conhecido como ética médica. Dessa forma, a bioética sofreu uma redução da concepção inicial proposta por Potter, passando a ficar mais restrita ao âmbito biomédico (GARRAFA, 2008a).

Antes disso, em 1927, Fritz Jahr utilizou a palavra *bioética* em um artigo publicado na revista *Kosmos* para se referir à necessidade de se respeitar todos os seres vivos. Para ele, a *bioética* está relacionada com a emergência de obrigações éticas não apenas com relação ao ser humano, mas com todos os seres vivos (NOGUEIRA, 2009). A descoberta dos trabalhos de Jahr, que se deu mais recentemente, antecipa o surgimento da palavra bioética em quase cinco décadas. A paternidade da bioética é atribuída, portanto, a esses três pesquisadores, mas a supremacia de Potter é inquestionável (LOPES, 2014).

É importante salientar que o nascimento da *bioética* foi impulsionado por inúmeras transformações na década de 1960. Pode-se citar, como exemplo, o fortalecimento de movimentos sociais organizados e o surgimento de dilemas morais relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, o período entre os anos 1960 e 1970, especialmente nos Estados Unidos, foi marcado por uma série de eventos que resultaram em mudanças fundamentais para consolidação do campo

da bioética. Desse modo, as revelações de “abusos históricos (como o caso Tuskegee) e as denúncias que constam no artigo publicado por Beecher (1966) são importantes fatos que contribuíram com a consolidação deste campo” (GARRAFA, 2005b, p. 128).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a revelação dos crimes envolvendo pesquisas com seres humanos, o Governo e o Congresso norte-americanos instituíram uma comissão denominada de *National Commission for the Protection of Human Subjects of Biomedical and Behavioral Research* (CLOTET, 2003). Tal Comissão teve como atribuição elaborar princípios éticos norteadores para pesquisas em seres humanos. O trabalho desse grupo resultou em um documento denominado *Belmont Report* (Relatório Belmont) que, em 1978, estabeleceu três princípios: respeito às pessoas, beneficência e justiça (GARRAFA, 2008a). Dessa forma, esses princípios foram criados para mediar a tomada de decisão mediante dilemas morais envolvendo pesquisas científicas com humanos.

Conforme citado anteriormente, um livro de Beauchamp e Childress deu origem, em 1979, ao Principlismo. Esta corrente bioética busca auxiliar na reflexão ética por meio de quatro princípios: beneficência, não maleficência, autonomia e justiça. Esses princípios orientam “as discussões, decisões, procedimentos e ações na esfera de cuidado da saúde”, ou seja, da assistência à saúde (KOERICH, MACHADO e COSTA, 2005, p.108).

Cabe mencionar, ainda, outros dois documentos que, inclusive, embasaram a redação da Resolução nº 196 de 1996, marco da ética em pesquisa brasileira: o Código Nuremberg (1947) e a Declaração de Helsinque (1964). Ambos contêm diretrizes internacionais sobre ética em pesquisa e foram elaborados após o término da Segunda Guerra Mundial (BARBOSA et al., 2011). O primeiro inovou ao estabelecer regras éticas que deveriam ser observadas na realização de pesquisas com seres humanos e introduz, de modo inédito, a necessidade do consentimento voluntário do participante. A Declaração de Helsinque foi criada em 1964 pela Associação Médica Mundial (AMM), com o intuito de auxiliar os médicos na realização de pesquisas. Tal documento vem passando por revisões frequentes, sendo que uma delas foi especialmente problemática (BARBOSA et al., 2011; LOPES, 2014).

De acordo com Diniz e Corrêa (2001, p. 682), “em 1997, na reunião anual da AMM, a delegação da Associação Médica dos Estados Unidos apresentou uma

proposta radical de modificação do texto vigente [...]”. A maior discussão ocorreu em torno da alteração do artigo 24, que até então determinava que os participantes da pesquisa deveriam ser tratados com os melhores métodos comprovados de tratamento, independentemente se eles estivessem disponíveis ou não no local de realização da pesquisa. A redação proposta pela Associação Médica norte-americana modificava substancialmente o conteúdo original do artigo. Havia a intenção de continuar assegurando o acesso a melhor terapêutica, mas com um detalhe: a terapêutica presente na comunidade participante (DINIZ e CÔRREA, 2001). Tal proposição deu origem a amplas discussões, uma vez que isso poderia aumentar a vulnerabilidade de certos grupos sociais. Para Diniz e Corrêa (2001, p. 682), no “texto proposto [...], a referência de julgamento não deve ser o que a ciência pode fazer por determinada pessoa e sua doença, mas o que determinada sociedade oferece para a pessoa doente”. Em decorrência de discordâncias em relação ao uso de placebo e à disponibilização de tratamento ao participante da pesquisa, o Brasil não é mais signatário da Declaração de Helsinque.

Mais recentemente, em 2005, foi homologada a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH), considerada um avanço, visto que retoma a concepção de Potter e estende, de acordo com Garrafa (2008a), a pauta temática da bioética, tornando-a comprometida com populações vulneráveis e desfavorecidas. Para o referido autor, é um documento que ratifica “o caráter pluralista e multi-interdisciplinar da bioética” (GARRAFA, 2008a, p. 855). A Declaração é um instrumento que enuncia regras que norteiam o respeito pela dignidade humana, pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. Tem por finalidade “responder aos dilemas e controvérsias que a ciência e a tecnologia suscitam para a humanidade e para o meio ambiente” (UNESCO, 2006, [n.p.]).

2.2. BIOÉTICA NA AMÉRICA LATINA

Apesar de o Princípio do Bem-estar ser amplamente reconhecido como referência por causa de sua praticidade e utilidade na análise de situações de natureza ética no âmbito da clínica e da pesquisa, é considerada uma corrente insuficiente na discussão de macroproblemas éticos. Dessa forma, sentiu-se a necessidade de um suporte ético para pensar questões que afetam, principalmente, a população de países pobres e em desenvolvimento. Por essa razão, alguns países latino-

americanos passaram a propor correntes alternativas que dessem conta dessa tarefa como, por exemplo, a bioética de intervenção (GARRAFA, 2005a).

Conforme mencionado, originalmente a bioética estava relacionada com problemas mais amplos, como o interesse pela preservação do planeta. No entanto, essa concepção inicial mais global passou a se reduzir, basicamente, a dilemas ou problemas éticos de cunho individual. O Principlismo, inaugurado na obra de Beauchamp e Childress, estabelece quatro princípios: 1) autonomia, que consiste na capacidade de decisão do indivíduo no que se refere a aspectos que afetam diretamente a sua saúde e a sua qualidade de vida; 2) beneficência, referente à necessidade de proporcionar o máximo de benefícios avaliando os riscos (individuais e coletivos), evitando causar o mínimo de danos e riscos ao bem-estar ao indivíduo; 3) maleficência, que salienta a ideia de que o profissional não deve causar nenhum dano ou colocar as pessoas em risco e; 4) justiça, relacionado com a distribuição dos riscos e benefícios de forma equânime (KIPPER e OSELKA, 1998; KOERICH, MACHADO e COSTA, 2005; NOGUEIRA, 2009). Dos quatro, o princípio da autonomia foi o que ganhou maior destaque, sendo considerado decisivo para a resolução de problemas. Segundo Garrafa (2005b, p. 128), “este fato contribuiu para que, em alguns países, a visão individual dos conflitos passasse a ser aceita como única vertente verdadeira para resolução dos mesmos”.

Com a necessidade de expandir as discussões bioéticas para dar conta dos conflitos que emergem na dimensão coletiva, surgiram em países latino-americanos correntes alternativas ao Principlismo. A bioética de intervenção se preocupa tanto com as situações emergentes (relacionadas com questões limites do desenvolvimento) quanto com as persistentes (que abordam dilemas históricos) (GARRAFA, 2008a, RIBEIRO et al., 2014).

As situações emergentes estão relacionadas aos conflitos éticos que emergiram nas últimas décadas e que são resultantes do desenvolvimento e do progresso científico e tecnológico como, por exemplo, o tema da saúde reprodutiva e os transplantes. Por outro lado, a bioética das situações persistentes lida com situações cotidianas e mais antigas, que persistem, mesmo com o desenvolvimento da humanidade, como a discriminação e o aborto (GARRAFA, 2008a; RIBEIRO et al., 2014). Os aspectos defendidos pela bioética de intervenção são:

No campo público e coletivo: a priorização de políticas e tomadas de decisão que privilegiem o maior número de pessoas, pelo maior espaço de tempo e que resultem nas melhores consequências, mesmo que em

prejuízo de certas situações individuais, com exceções pontuais a serem discutidas; no campo privado e individual: a busca de soluções viáveis e práticas para conflitos identificados com o próprio contexto onde os mesmos acontecem (GARRAFA, 2005b, p. 130-131).

É importante observar que as transformações observadas na bioética brasileira e nos demais países da América Latina caminharam para uma bioética compromissada com a realidade dos países pobres e em desenvolvimento, negando a importação de conceitos éticos elaborados em países desenvolvidos. A discussão bioética pretende contribuir para a geração de respostas equilibradas tanto para os problemas atuais quanto para os das próximas décadas (GARRAFA, 2005b; GARRAFA, 2008a; RIBEIRO et al., 2014). Para tanto, a bioética “requer abordagens pluralistas e transdisciplinares baseadas na complexidade dos fatos” (GARRAFA, 2005b, p. 131).

2.3. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA BRASILEIRA

Assim como em outros campos disciplinares, as pesquisas desenvolvidas na bioética são partes constituintes de um processo histórico, em que a essência não está na divulgação individual do autor, mas na criação e no fortalecimento de um volume bibliográfico que possibilite a organização e a difusão desses conhecimentos (BEZERRA e NEVES, 2010). A compreensão do motivo pelo qual novos conhecimentos foram construídos é importante na medida em que permite conhecer os estudos desenvolvidos, bem como os recursos utilizados para a sua divulgação (BEZERRA e NEVES, 2010).

Em relação à produção científica, Bezerra e Neves (2010, p. 386) afirmam:

A adoção de dois dos principais parâmetros para a mensuração do vigor científico de uma determinada área (o volume de artigos publicados em periódicos indexados em bases de dados de prestígio e o número de citações que recebem, registradas nesses mesmos veículos) coloca algumas questões de difícil equacionamento, tais como os critérios utilizados pelas bases de dados, o idioma no qual os trabalhos são produzidos, a concentração de conhecimento em nações economicamente mais desenvolvidas, entre diversas outras.

No que se refere à concentração local de conhecimento, o Brasil apresenta particularidades importantes que estão relacionadas com a sua dimensão continental e as diferenças regionais existentes (ALBURQUERQUE et al., 2002). Barros (2000) ressalta que mesmo com a melhoria no desenvolvimento econômico,

a maioria dos grupos ativos de pesquisa está concentrada nas Regiões Sudeste e Sul. A esse respeito, é importante salientar que o processo de distribuição regional dos recursos científicos e tecnológicos desencadeou consequências negativas no desenvolvimento social das demais regiões (BARROS, 2000; MACIEL, 2007). Para Maciel (2007) esse quadro de desequilíbrio regional, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, influencia diretamente e negativamente no aprimoramento das instituições de pesquisa que não estão localizadas na região sudeste. Os investimentos são direcionados prioritariamente para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Para Ferreira (2014), o estado de São Paulo possui uma infraestrutura de pesquisa de qualidade devido a excelência de suas universidades estaduais, que estão na lista das melhores do mundo em relação à qualidade das produções. De acordo com Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016), o destaque inclusive internacional dado à cidade São Paulo pode ser atribuído, em parte, ao crescente desenvolvimento de pesquisas científicas. Os autores afirmam, ainda, que a concentração espacial de pesquisas no país está relacionada com a presença de campus de universidades públicas, tanto estaduais quanto federais, nas cidades de maior produção científica. Para eles, nas regiões Sul e Sudeste, ocorrem muita parceria intrarregional, ao contrário das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cujas distâncias geográficas dificultam a interação entre os pesquisadores.

No que tange as referidas disparidades no desenvolvimento regional, dois fatores contribuem para o agravamento dessa situação: a intensa concentração geográfica dos centros de pesquisa e a alta centralização dos recursos de pesquisa e desenvolvimento (MACIEL, 2007). A melhoria da qualificação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas segue e, portanto, reflete o mesmo desnível do desenvolvimento técnico-científico. Nesse sentido, Barros (2000, p.13) afirma que “[...] a formação de pesquisadores em escala regional está seguindo o mesmo padrão das desigualdades existentes, revelando a tendência de continuidade de um problema [...]”.

Tais diferenças entre os indicadores de renda e as atividades científicas e tecnológicas (patentes e artigos científicos, por exemplo) demonstram a necessidade da ampliação de políticas que incentivem iniciativas de crescimento local. A melhoria de regiões menos desenvolvidas a partir do estabelecimento de políticas de ciência e tecnologia poderia proporcionar a melhoria desse contexto

(ALBURQUERQUE et al., 2002; BARROS, 2000). Maciel (2007) argumenta que as regiões que possuem maior desenvolvimento científico, tecnológico e infraestrutura adequada acabam sendo privilegiados na obtenção de recursos. Para ele, a infraestrutura influencia de forma direta no recebimento de recursos, e afirma que:

[...] a região Sudeste, por exemplo, possui os centros de pesquisa científica com melhor infraestrutura. Esse fator eleva as chances desses centros receberem um aporte maior de recursos de financiamento para desenvolvimento de projetos de pesquisa (MACIEL, 2007, p.19).

No entanto, o aumento da quantidade de recursos não é suficiente. É preciso otimizar a capacidade local de empregar da melhor maneira os recursos recebidos. Com base nisso, é importante observar que a intervenção do Estado pode colaborar com o desenvolvimento local, tendo como base os interesses e potencialidades existentes nas regiões (BARROS, 2000; BEZERRA e NEVES, 2010).

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar os artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética no período de 2005 a 2012.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as áreas temáticas abordadas e os tipos de estudo desenvolvidos;
- b) Caracterizar os autores e o tipo de autoria;
- c) Descrever a distribuição espacial das publicações.

4. MATERIAL E MÉTODO

Realizou-se um estudo do tipo descritivo com abordagem quantitativa. Foram analisados todos os artigos publicados na Revista Brasileira de Bioética (RBB) no período compreendido desde a sua criação até o último número publicado, ou seja, de 2005 a 2012. Os artigos foram localizados no Blog da RBB (<https://rbbioetica.wordpress.com/>), que disponibiliza a maioria dos números. Ressalta-se que o volume nove da revista não foi analisado, pois se trata de anais do décimo CBB. Como foram usadas fontes secundárias não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética. Esse trabalho não contou com apoio orçamentário.

Além disso, foi realizada consulta ao acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília para a localização do número faltante no sítio eletrônico mencionado (4 de 2007). Foram coletadas as seguintes variáveis: referência do artigo, seção (artigos especiais, originais ou de atualização), fonte de financiamento, origem geográfica, desenho de pesquisa, área temática do estudo, relação com dissertação ou tese, bem como vínculo institucional, titulação e sexo dos autores (até o terceiro).

Para coleta dessas variáveis, foi criada uma estrutura de questionário para entrada de dados no pacote Epi Info (versão 2000), desenvolvido pelo CDC (do inglês, *Centers for Disease Control and Prevention*) cuja sede está localizada em Atlanta, nos Estados Unidos da América. O instrumento foi testado antes do início da coleta dos dados, utilizando-se os números um, dois e três do primeiro volume da RBB. Após correção das inadequações da primeira versão, o instrumento foi novamente testado com o número quatro do referido volume. A coleta dos dados foi realizada por apenas uma pesquisadora mediante leitura do título, palavras-chave e resumo. Nos casos em que tais trechos não continham os dados requeridos, os demais elementos constitutivos do artigo foram examinados. A classificação dos desenhos de pesquisa foi baseada em Tobar e Yalour (2001). Para identificação das áreas temáticas dos artigos, utilizou-se uma relação composta por 51 conceitos para captura dos dados, dos quais sete não tiveram registros na coleta foram as seguintes: “Comitês de Ética Clínica”, “Comitês de Ética em Pesquisa”, “Declaração de Helsink”, “Ética Institucional”, “Exposição a Agentes Biológicos”, “Paternalismo” e “Relativismo Ético”. A opção por tais áreas temáticas se deu pelo fato de que são termos que constam no vocabulário estruturado DeCS (Descritores em Ciências da

Saúde), criado pela BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde) e usualmente empregado na caracterização de documentos científicos (GRIGÓRIO, 2002). A maioria das temáticas selecionadas não requer maiores explicações, mas é preciso justificar a escolha do descritor “América Latina”. Conforme mencionado, em países latino-americanos, os conflitos decorrentes do avanço do pensamento biomédico convivem com os de cunho coletivo. Verificou-se, então, a necessidade de criar parâmetros éticos compatíveis as realidades encontradas nessa área geográfica. Foram incluídos nessa categoria os artigos que se ocuparam, de alguma forma, dessas questões.

5. RESULTADOS

A organização da Revista Brasileira de Bioética (RBB) seguiu o mesmo padrão no período analisado: “editorial de abertura; dois artigos de autores convidados, um estrangeiro e um brasileiro; cinco a sete artigos enviados por pesquisadores interessados [...]”. Além disso, os exemplares possuem “uma seção de resenha de livros; outra de atualização científica; e, finalizando, a lista de monografias, dissertações e teses defendidas na área de bioética em todo o Brasil” (GARRAFA, 2005c, p. 6). De início, estabeleceu-se que a periodicidade seria trimestral, sendo que cada número teria entre 100 e 120 páginas. No entanto, a partir de 2008, verifica-se que apenas duas revistas foram publicadas, o que, por consequência, resultou na redução da quantidade de artigos (Tabela 1). O maior número de artigos se deu no ano de 2005 (n=27), sendo parte deles foram oriundos de conferências (n=11).

Tabela 1 – Frequência absoluta de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo volume, ano e seção 2005-2012.

ANO	VOLUME	N.	ARTIGOS	CONFERÊNCIA	SEÇÃO	TOTAL
2005	1	1	7	-	AE ⁽¹⁾ /AO ⁽²⁾	27
		2	7	-	AE/AO	
		3	7	6	AE/AO	
		4	6	5	AE/AO	
2006	2	1	6	1	AE/AO	25
		2	7	7	AE/AO	
		3	6	2	AE	
		4	6	3	AE	
2007	3	1	7	1	AE/AO	29
		2	7	3	AE/AO	
		3	7	7	AE/AA ⁽³⁾	
		4	7	4	AE/AO/AA	
2008	4	1-2	7	1	AE/AO/AA	13
		3-4	7	-	AE/AO/AA	
2009	5	1-4	7	-	AE/AO/AA	7
2010	6	1-4	7	-	AE/AA	7
2011	7	1-4	7	-	AE/AA	7
2012	8	1-4	7	-	AE/AA	7

(1) Artigos especiais; (2) Artigos originais; (3) Artigos de atualização.

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Na RBB, os artigos são divididos em três seções: Artigos Especiais (AE), destinados à publicação de autores convidados; e os Artigos Originais (AO) e os Artigos de Atualização (AA), que correspondem à publicação de artigos enviados espontaneamente pelos interessados. Os textos foram publicados em português (73,8%), espanhol (24,6%) e inglês (1,6%), com predominância dos dois primeiros idiomas (Tabela 2).

Tabela 2 - Frequência absoluta de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo ano e idioma, 2005-2012.

IDIOMA	ANO								TOTAL
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Espanhol	8	6	10	3	1	1	1	-	30
Inglês	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Português	19	18	18	11	5	6	6	7	90

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012).
Elaboração própria.

No primeiro ano de publicação da RBB, Volnei Garrafa e Dora de Oliveira Silva e Porto, que atuam profissionalmente no Distrito Federal, assumiram as funções de editores interino e executivo, respectivamente. Os bioeticistas que, desde o início, participaram da equipe de editores associados pertencem a instituições públicas e privadas das regiões Sul e Sudeste (Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de São Paulo e Universidade do Vale do Rio dos Sinos). No editorial de 2008, lê-se: “o presente número é o último que contou, nesta fase inicial da revista, com a colaboração da dedicada e competente editora Dora Porto. Devido às suas pesadas responsabilidades profissionais junto à nossa irmã mais velha” (GARRAFA, 2008b, p. 8). Os editores se referiam a *Revista Bioética*, do Conselho Federal de Medicina, publicada desde 1993 e que tinha, na época, a Dora Porto como Editora Executiva (Tabela 3).

Tabela 3 – Relação de editores interino, executivo e associado da Revista Brasileira de Bioética, 2005-2012.

ANO	V	Nº	EDITOR INTERINO	EDITORES EXECUTIVOS	EDITORES ASSOCIADOS
2005	1	1-2	Volnei Garrafa	Dora Porto	---
2005	1	3-4	Volnei Garrafa	Dora Porto	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2006	2	1-4	Volnei Garrafa	Dora Porto	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2007	3	1-4	Volnei Garrafa	Dora Porto	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2008	4	1-2	Volnei Garrafa	Dora Porto e Rodrigo Batagello	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2008	4	3-4	Volnei Garrafa	Rodrigo Batagello e Thiago Rocha da Cunha	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2009	5	1-4	Volnei Garrafa	Rodrigo Batagello, Natan Monsores de Sá, Thiago Rocha da Cunha	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2010	6	1-4	Volnei Garrafa	Rodrigo Batagello, Natan Monsores de Sá, Thiago Rocha da Cunha	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2011	7	1-4	Volnei Garrafa	Rodrigo Batagello	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre
2012	8	1-4	Volnei Garrafa	Rodrigo Batagello	Fermin Roland Schramm, Gabriel Wolf Oselka, José Roque Junges e Marco Segre

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Dentre os artigos analisados, nenhum apresentou a titulação dos autores. Além disso, apenas quatro manuscritos se originaram de dissertações ou teses. Observou-se predominância de autores do sexo masculino como primeiro (59,8%) e segundo (54,5%) autor. Entretanto, a frequência de mulheres é maior na terceira (58,8%) autoria (Tabela 4).

Tabela 4 – Frequência absoluta e relativa dos autores da Revista Brasileira de Bioética segundo sexo e participação na autoria, 2005-2012.

AUTOR	SEXO				TOTAL	
	Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%
Primeiro	73	59,8	49	40,2	122	100,0
Segundo	24	54,5	20	45,5	44	100,0
Terceiro	7	41,2	10	58,8	17	100,0
TOTAL	104	56,8	79	43,2	183	100,0

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Além disso, verifica-se na Tabela 5 que a maioria dos artigos (63,9%) foi publicada por apenas um autor. Do total de artigos cujo o tipo de autoria foi individual, 55 (70,5%) foram publicados por autores do sexo masculino. A autoria compartilhada entre homens e mulheres foi identificada em 21 artigos (17,2%).

Tabela 5 – Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo tipo de autoria, 2005-2012.

TIPO DE AUTORIA	N	%
Individual	78	63,9
Múltipla	44	36,1
TOTAL	122	100,0

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Quanto ao vínculo institucional, 51,9% (n=95) dos autores possuem vínculo com universidades públicas. Os manuscritos provenientes dos serviços públicos de saúde são poucos (8,7%). A RBB contou, ainda, com 37 artigos de autores pertencentes a outras instituições, como Fundação Oswaldo Cruz, Advocacia Geral da União e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Tabela 6)

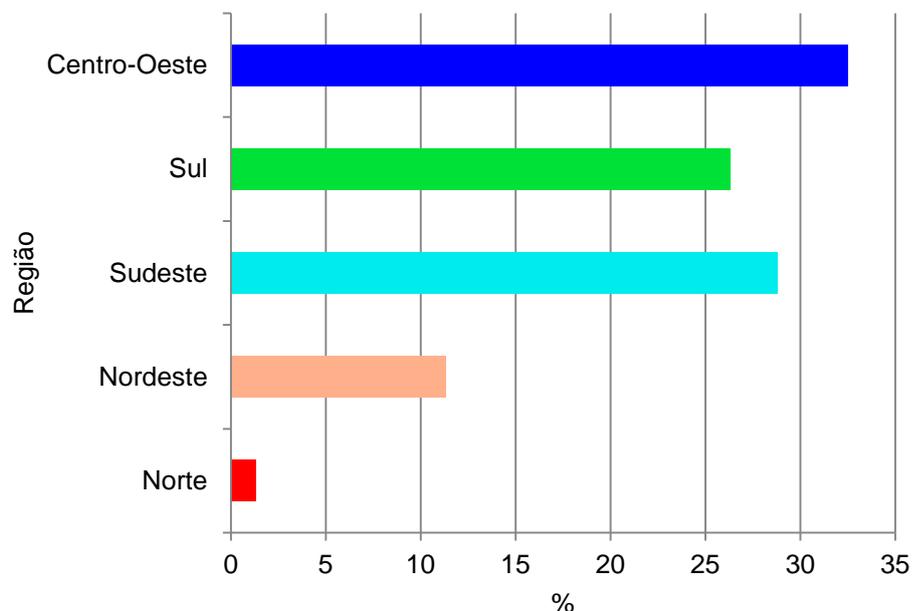
Tabela 6 – Frequência absoluta e relativa dos autores da Revista Brasileira de Bioética segundo vínculo institucional e participação na autoria, 2005-2012.

VÍNCULO	AUTOR						TOTAL	
	Primeiro		Segundo		Terceiro		N	%
	N	%	N	%	N	%		
Universidade pública	61	50,0	25	56,8	9	52,9	95	51,9
Universidade privada	25	20,5	6	13,6	4	23,5	35	19,1
Serviço público de saúde	10	8,2	5	11,4	1	5,9	16	8,7
Outra origem	26	21,3	8	18,2	3	17,6	37	20,2

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Os artigos publicados na RBB são, em sua maioria, de autores das regiões Centro-Oeste (n=26), Sudeste (n=23) e Sul (n=21). Apenas 1 manuscrito, de 2011, é da Região Norte e, mais especificamente, do estado do Pará. Trata-se de um trabalho realizado por três autoras da Universidade do Amazonas e que objetivou “avaliar a aplicação específica da bioética à fonoaudiologia” (VIEIRA, SOUSA e MOURÃO, 2011, p. 75).

Figura 1 – Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética, publicados segundo região brasileira, 2005-2012.

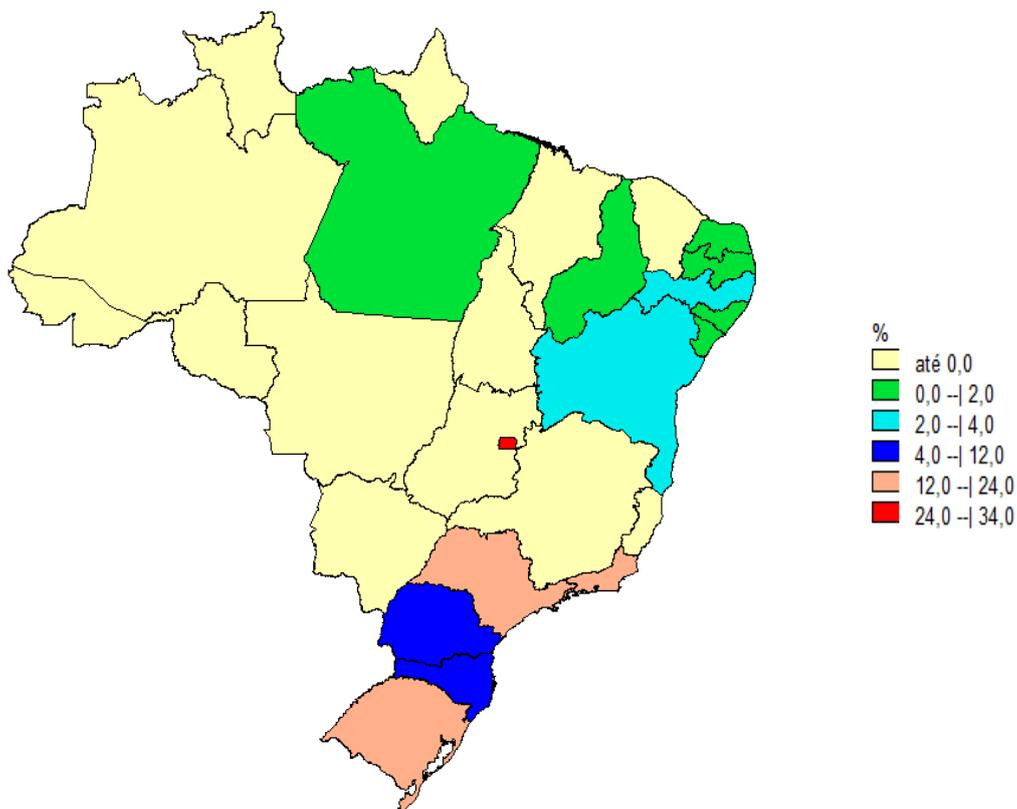


Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Ao desagregar os dados é possível verificar que, apesar das regiões Centro-Oeste Sudeste e Sul concentrarem a maior quantidade de manuscritos submetidos à

RBB, as frequências não se distribuem de modo homogêneo entre as Unidades da Federação (UF) (Figura 2). Por exemplo, os 26 (32,5%) artigos da região Centro-Oeste foram publicados por autores do Distrito Federal. Na região Sudeste destacam-se os estados de São Paulo (13 – 16,3%) e Rio de Janeiro (10 – 12,5%). Na região Sul, Paraná (6 – 7,5%) e Rio Grande do Sul (11 – 13,8%) respondem pelo maior número de manuscritos submetidos. Observa-se, ainda, que não houve artigos procedentes de 13 UF.

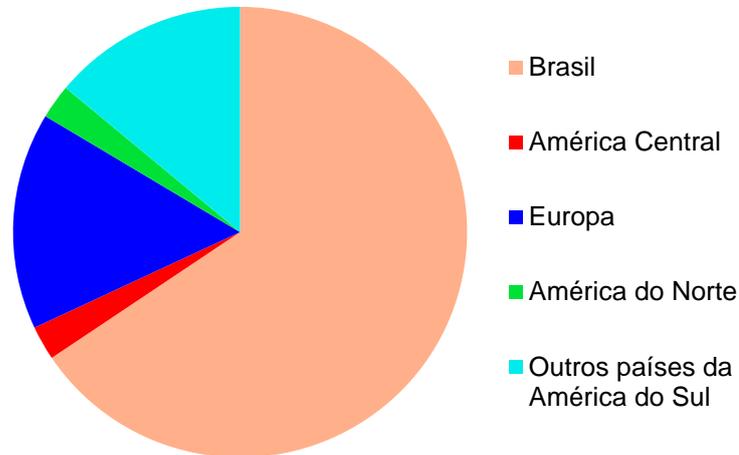
Figura 2 – Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética, publicados segundo Unidade da Federação, 2005-2012.



Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Um total de 80 (65,6%) artigos é de autores que residem no Brasil. Além disso, demais países da América do Sul (17 – 13,9%), bem como da Europa (19 – 15,6%) também contribuíram com a RBB. É possível citar, ainda, o México, na América do Norte (3 – 2,5%); bem como Cuba, na América Central (3 – 2,5%) (Figura 3).

Figura 3 – Distribuição percentual de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética publicados segundo País ou (Sub)continente, 2005-2012.



Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

No que concerne ao tipo de estudo, predominaram os ensaios teóricos, artigos de discussão ou opinativos (85,2%) (Tabela 7). Um total de cinco artigos (4,1%) utilizou a metodologia qualitativa de pesquisa. Os três estudos quantitativos eram seccionais; e as quatro revisões da literatura foram classificadas como narrativas.

Tabela 7 – Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo tipo de estudo, 2005-2012.

TIPO DE ESTUDO	N	%
Qualitativo	5	4,1
Quantitativo	3	2,5
Quanti-qualitativo	2	1,6
Pesquisa documental	3	2,5
Revisão da literatura	4	3,3
Ensaio teóricos/Artigos de discussão/Opinativos	104	85,2
Outros	1	0,8
TOTAL	122	100,0

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

A maioria dos ensaios teóricos, artigos de discussão ou opinativos foram produzidos no âmbito das instituições universitárias públicas (n=52). Os estudos qualitativos e as revisões da literatura são o segundo tipo mais produzido nessas universidades. De igual modo, os tipos de artigos mais frequentes com origem nos serviços públicos de saúde são os ensaios teóricos (...) (n=7) (Tabela 8).

Tabela 8 – Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo o tipo de estudo e a origem institucional do primeiro autor, 2005-2012.

TIPO DE ESTUDO	ORIGEM INSTITUCIONAL DO PRIMEIRO AUTOR								TOTAL
	Universidade pública		Universidade privada		Serviço público de saúde		Outra origem		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Qualitativo	3	4,9	1	4,0	1	10,0	-	-	5
Quantitativo	2	3,3	1	4,0	-	-	-	-	3
Quanti-qualitativo	-	-	2	8,0	-	-	-	-	2
Pesquisa documental	1	1,6	-	-	1	10,0	1	3,8	3
Revisão da literatura	3	4,9	-	-	-	-	1	3,8	4
Ensaaios teóricos/Artigos de discussão/Opinativos	52	85,2	21	84,0	7	70,0	24	92,3	104
Outros	-	-	-	-	1	10,0	-	-	1
TOTAL	61	100,0	25	100,0	10	100,0	26	100,0	122

Fonte: Revista Brasileira de Bioética.

Em geral, o conjunto de temas relacionados com a bioética foi contemplado nos manuscritos submetidos à RBB. Verifica-se na Tabela 10, o predomínio da área temática “Vulnerabilidade em Saúde” (14 – 11,5%), seguindo-se de “Direitos Humanos” (13 – 10,7%) e “Teoria Ética” (11 – 9%).

Tabela 9 – Frequência absoluta e relativa de artigos científicos da Revista Brasileira de Bioética segundo área temática, 2005-2012.

TEMÁTICA	ÁREA 1		ÁREA 2		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Aborto	1	0,8	2	1,6	3	1,2%
Alocação de Recursos	2	1,6	-	-	2	0,8%
América Latina	4	3,3	11	9,0	15	6,1%
Análise Ética	1	0,8	2	1,6	3	1,2%
Anencefalia	2	1,6	1	0,8	3	1,2%
Anticoncepção	-	-	1	0,8	1	0,4%
Autonomia Pessoal	1	0,8	8	6,6	9	3,7%
Biotecnologia	5	4,1	4	3,3	9	3,7%
Células-Tronco	2	1,6	1	0,8	3	1,2%
Clonagem de Organismos	2	1,6	-	-	2	0,8%
Consentimento Livre e Esclarecido	2	1,6	2	1,6	4	1,7%
Cuidados Paliativos	1	0,8	1	0,8	2	0,8%
Direitos do Paciente	3	2,5	2	1,6	5	2,0%
Direitos Humanos	13	10,7	8	6,6	21	8,6%
Diversidade Cultural	1	0,8	4	3,3	5	2,0%
Ensino	6	4,9	2	1,6	8	3,2%
Equidade	1	0,8	3	2,5	4	1,7%
Ética Baseada em Princípios	2	1,6	1	0,8	3	1,2%
Ética em Pesquisa	2	1,6	6	4,9	8	3,2%
Ética Profissional	5	4,1	6	4,9	11	4,5%
Eutanásia	-	-	1	0,8	1	0,4%
Experimentação Animal	1	0,8	-	-	1	0,4%
Experimentação Humana	1	0,8	2	1,6	3	1,2%
Feminismo	-	-	2	1,6	2	0,8%
Justiça Social	4	3,3	6	4,9	10	4,0%
Má Conduta Científica	1	0,8	-	-	1	0,4%
Má Conduta Profissional	1	0,8	2	1,6	3	1,2%

CONTINUA →

Tabela 9 – Frequência absoluta e relativa de artigos segundo área temática, 2005-2012.

TEMÁTICA	ÁREA 1		ÁREA 2		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Meio Ambiente	5	4,1	2	1,6	7	3,0%
Meios de Comunicação	2	1,6	1	0,8	3	1,2%
Morte Encefálica	2	1,6	2	1,6	4	1,7%
Neurologia	2	1,6	-	-	2	0,8%
Participação Social	3	2,5	1	0,8	4	1,7%
Religião	4	3,3	-	-	4	1,7%
Revisão Ética	2	1,6	-	-	2	0,8%
Saúde Pública	2	1,6	5	4,1	7	3,0%
Secularismo	2	1,6	1	0,8	3	1,2%
Técnicas Reprodutivas	3	2,5	1	0,8	4	1,7%
Tecnologia Biomédica	-	-	3	2,5	3	1,2%
Teoria Ética	11	9,0	5	4,1	16	6,5%
Transplante de Órgãos	1	0,8	3	2,5	4	1,6%
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	-	-	6	4,9	6	2,4%
Valores Sociais	4	3,3	8	6,6	12	5,0%
Violência	1	0,8	1	0,8	2	0,8%
Vulnerabilidade em Saúde	14	11,5	5	4,1	19	7,8%
TOTAL	122	100,0	122	100,0	244	100,0

Fonte: Revista Brasileira de Bioética (2005-2012). Elaboração própria.

Além disso, “Ensino” (6 – 4,9%), “Meio Ambiente” (5 - 4,1%), “Ética Profissional” (5 - 4,1%) e “Biotecnologia” (5 - 4,1%) também foram abordados em vários artigos.

6. DISCUSSÃO

A bioética brasileira teve um desenvolvimento tardio, mas vem se consolidando por meio da criação de diversos grupos de pesquisa (FIGUEIREDO, 2011). É visível a expansão e a consolidação da pós-graduação em bioética no país ao longo dos últimos anos. Pode-se explicar tal fato pela necessidade de, entre outras razões, preparar técnica e operacionalmente profissionais para atuar em Comitês, Conselhos e Comissões de Bioética, Comitês de Ética em Pesquisa, bem como em outros espaços (GOMES et al., 2009)

A Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, sempre assumiu a vanguarda no ensino e na pesquisa em bioética no Brasil. Em 1995, foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética (NEPeB) que, após três anos de atuação, iniciou o primeiro curso de especialização na área. A partir de 2004, após atribuição de título pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o referido Núcleo passou a ser designado Cátedra Unesco de Bioética que conta, atualmente, com um Programa de pós-graduação *stricto sensu*, composto por mestrado acadêmico e doutorado (GOMES et al., 2009). Desde o início, “a edição da RBB é feita sob a coordenação e responsabilidade da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) e, a partir de 2008, também pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética [...]” da mesma instituição (REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA, 2016).

Na ocasião do lançamento do primeiro número, Garrafa (2005c, p. 5) destacava a necessidade de assegurar a periodicidade da Revista “com vistas a indexá-la em dois anos de publicação regular, passando a contar com indispensável validação referencial da Capes/MEC [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação]”. No entanto, observou-se neste estudo que a RBB não tem conseguido manter periodicidade. Para Blattmann (2012, p. 91), “entre as características de uma publicação periódica científica está a edição planejada, isto é, publicada em período de tempo previamente definido e continuidade por tempo indeterminado”.

Desde a sua fundação, a RBB tem contado com o apoio financeiro de órgãos governamentais. Em 2005 recebeu recursos do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde (MS). No ano subsequente, conseguiu auxílio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Sctie) do MS.

Em 2007, foi a vez da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), então presidida pelo bioeticista Dirceu Raposo de Mello, contribuir financeiramente com a RBB. No ano seguinte, as inúmeras tentativas culminaram com o apoio de outra Secretaria do MS: a de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes). Concomitantemente aos esforços nesse período, buscou-se a indexação da RBB na base de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Entretanto, tal objetivo não foi concretizado (GARRAFA, PORTO e BATAGELLO, 2008b).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apoia e incentiva “a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, altamente especializados, em todas as áreas do conhecimento”. Para tanto, estabelece que “as publicações devem ser mantidas e editadas por instituição ou sociedade científica brasileira, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e que contribuam para elevar o nível de qualidade, forma e conteúdo dos periódicos no Brasil e no exterior” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2011). Por certo, esse é o caso da SBB. Desse modo, representantes dessa Sociedade submeteram uma proposta em 2008. A esse respeito, consta em um editorial do referido ano: “Com suas estranhas regras, o CNPq respondeu que embora tivéssemos três anos de publicação regular, somente concede financiamento para revistas que já tenham indexação internacional” (GARRAFA, PORTO e BATAGELLO, 2008b, p. 8).

Apesar dos entraves, é possível verificar alguns ganhos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) utiliza um conjunto de procedimentos “para classificar os veículos da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil, notadamente os periódicos científicos” (CORRÊA e OLIVEIRA, 2008, p.298). Os periódicos são alocados em estratos que indicam a sua qualidade: A1 (o mais elevado), A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (com peso zero). Em 2006, a RBB foi “qualificada como ‘C’ Nacional nas áreas de Saúde Coletiva, Medicina II, Educação Física e Multidisciplinar e [...] como ‘A’ em Engenharia III” (GARRAFA e PORTO, 2006, p. 279). Na ocasião, os editores afirmaram: “Apesar de considerarmos que essa classificação não espelha a qualidade dos artigos publicados” e ainda evidenciam a importância da classificação para a RBB: “é inegável que [ela] torna a RBB um veículo capaz de despertar cada vez mais o interesse de bioeticistas brasileiros e estrangeiros” (GARRAFA e PORTO, 2006, p.

279). O número da RBB referente a esse editorial teve dois artigos de Portugal e um da Argentina. Ademais, vale ressaltar que a SBB conserva vínculos com entidades internacionais, com destaque para SIBI (Sociedade Internacional de Bioética), fundada em 1997, com sede em Gijón, na Espanha; o que pode explicar, também, a frequência de artigos provenientes de outros continentes. Atualmente a RBB é classificada no estrato “C” na área de avaliação “Medicina III”.

Conforme mencionado, há disparidades regionais e estaduais na produção científica da RBB, as quais condizem com os indicadores de renda e dos recursos científicos e tecnológicos – patentes, artigos científicos e pesquisadores. De acordo com Albuquerque et al (2002, p. 231), os dados sobre desigualdades regionais na produção técnico-científica demonstram que “as regiões Sul-Sudeste respondem por 70% do PIB, 84% da produção tecnológica, 79% da produção científica e 69% dos pesquisadores”. O estado de São Paulo destaca-se respondendo “por 37% do PIB brasileiro, por 53,7% das patentes registradas e por 46,8% dos artigos científicos publicados”. Resguardadas as proporções, pode-se averiguar que desigualdades similares são encontradas neste estudo.

Segundo Barros (2000, p.13), a maioria dos grupos atuantes em pesquisas está localizada nas regiões Sudeste e Sul. Para o referido autor, “os indicadores científicos e tecnológicos apresentados revelam um desnível da base técnico-científica entre as grandes regiões que compõem o território brasileiro”. O fato de a região Centro-Oeste ter se destacado pelo quantitativo de artigos se justifica na medida em que, conforme salientado, a edição da RBB é feita sob a supervisão da Cátedra Unesco de Bioética da UnB e pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética dessa instituição universitária. Em relação às outras Unidades da Federação que apresentaram elevada frequência, é preciso ressaltar que a SBB possui representações regionais consolidadas em alguns estados, como Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Além disso, são locais que contam com instituições ou pesquisadores com reconhecida trajetória na área. A SBB possui regionais no Nordeste, mas nenhuma no Norte do Brasil.

Conforme demonstrado, a maioria dos artigos publicados na RBB é de profissionais vinculados a instituições universitárias, principalmente públicas. Cabe registro a participação, ainda que discreta, do serviço público de saúde. Ela demonstra, basicamente, que a construção do conhecimento em bioética não é privilégio da Universidade, mas vem sendo concebido em outros espaços. Grande

parte dos artigos analisados eram ensaios teóricos, de discussão ou opinativos. Tal achado justifica-se na medida em que vários textos são, na verdade, conferências apresentadas durante alguma edição do Congresso Brasileiro de Bioética (CBB) ou do Encontro Luso-Brasileiro de Bioética (GARRAFA, 2005c). Além disso, trata-se de “uma nova e complexa área do saber” que teve o seu “estatuto epistemológico” construído ao longo das últimas décadas, exigindo, portanto, a elaboração de estudos dessa natureza (AZEVEDO, 1998, p. 129).

Como descrito, houve predomínio de artigos na área temática de “Direitos Humanos”. No editorial do primeiro número, Garrafa (2005c, p. 5) comenta: “O lançamento da RBB é especialmente oportuno nesse momento em que a Unesco está ultimando a futura *Declaração Universal de Bioética* que, sem dúvida, proporcionará reconhecimento e visibilidade definitivos para a bioética no contexto internacional”. Conforme mencionado, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, homologada em 19 de outubro de 2005, é considerada um marco no desenvolvimento histórico da bioética, uma vez que ampliou “sua agenda da temática preferencialmente biomédica-biotecnológica para os campos sanitário, social e ambiental” (GARRAFA, 2008a, p. 855). Por isso, “Meio Ambiente” e “Saúde Pública” foram tópicos bastante abordados nos artigos.

Verifica-se que desde o início a RBB é vista como um “instrumento para semear o processo dialético e para colher a *práxis*, que liberta da teoria estéril e do cotidiano do automatismo cego” (GARRAFA e PORTO, 2005d, p. 109). Vários artigos refletem as concepções de bioeticistas latino-americanos a respeito da realidade dos países em desenvolvimento. Desse modo, os artigos classificados na temática “Teoria Ética” são, em sua maioria, reflexões de autores engajados e interessados em um novo *status quo*. Em relação à “Vulnerabilidade” acrescenta-se, ainda, que “Bioética e Vulnerabilidade” foi o tema do IV Encontro Luso-Brasileiro de Bioética, que ocorreu em São Paulo no ano de 2006. O segundo número da RBB desse ano tem várias conferências proferidas nesse Encontro.

7. CONCLUSÃO

A Revista Brasileira de Bioética não conseguiu manter a periodicidade no período analisado em razão da dificuldade de conseguir apoio financeiro. A maioria dos artigos publicados é de autores das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, vinculados profissionalmente a universidades públicas. Em relação à Unidade da Federação, destacaram-se Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Há disparidades regionais na produção científica da RBB. O destaque do Distrito Federal, e por consequência, da região Centro-Oeste no quantitativo de artigos publicados pode ser explicado pelo fato de que a edição da RBB é realizada pela responsabilidade da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília e pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética dessa instituição.

No que se refere ao tipo de estudo, grande parte dos artigos publicados são ensaios teóricos. Cabe salientar que vários manuscritos se originaram de conferências proferidas em encontros acadêmicos da área, como o Congresso Brasileiro de Bioética (CBB) e o Encontro Luso-Brasileiro de Bioética. Ressalta-se a presença de autores vinculados ao serviço público de saúde, visto que demonstra o uso do instrumental bioético na reflexão em torno de conflitos éticos existente nesse espaço. Em relação à área temática, verifica-se predominância de artigos relativos à "Vulnerabilidade em Saúde", "Direitos humanos" e "Teoria Ética".

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, E. M. et al. A distribuição espacial da produção científica e tecnológica brasileira: uma descrição de estatísticas de produção local de patentes e artigos científicos. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 1, n. 2, p. 225-251, 2002.

AZEVÊDO, E. E. S. Ensino de bioética: um desafio transdisciplinar. **Interface – comunicação, saúde, educação**, v. 2, n. 2, p. 127-138, 1998.

BARBOSA, A. S. et al. A resolução 196/96 e o sistema brasileiro de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos. **Revista bioética**, v. 19, n. 2, p. 523-542, 2011.

BARROS, F. A. F. Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.3, p.12-19, 2000.

BEECHER, H. K. Ethics and clinical research. **New England Journal of Medicine**, v. 274, n. 24, p. 1354-1360. 1966.

BEZERRA, M. L. S.; NEVES, E. C. Perfil da produção científica em saúde do trabalhador. **Saúde Sociedade**: São Paulo, v.19, n.2, p.384-394, 2010.

BLATTMANN, U. Periodicidade das revistas científicas. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n. 1, p. 91-95, 2012.

DINIZ, D.; GUILHEM, D. **O que é bioética**.1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2008. 315p.

DINIZ, D.; CORRÊA, M. Declaração de helsinki: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**: Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 679-688, 2001.

CLOTET, J. **Bioética: uma aproximação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 246p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **RN-017/2011**. 2011. Disponível em: < http://www.cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480#rn17115>. Acesso em: julho de 2013.

CORRÊA, J. C. F. OLIVEIRA, L, V, F. A pós-graduação brasileira e a produção científica. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, v. 7, n.3, p. 293-300, 2008.

FERREIRA, D, B, S. **Produção e difusão de ciência e tecnologia**: breves considerações acerca dos institutos nacionais de ciência e tecnologia. In: Seminário Internacional da Rede de Investigadores Ibero americanos (RII), 13, 2014, Salvador. *Anais...Bahia*: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2014. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt1/gt1_debora_b.pdf>. Acesso em: junho de 2016.

FIGUEIREDO, A. M. O ensino da Bioética na pós-graduação stricto sensu na área de ciências da saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 15, p. 139-161, 2011.

GARRAFA, V. Introdução à bioética. **Revista do Hospital Universitário – UFMA**, v. 6, n. 2, p. 9-13, 2005a.

GARRAFA, V. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. **Bioética**, v. 13, n. 1, p. 125-134, 2005b

GARRAFA, V. Editorial. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 1, n. 1, p. 5-6, 2005c.

GARRAFA, V.; PORTO, D. Editorial. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 1, n. 2, p. 109, 2005d.

GARRAFA, V. PORTO, D. Editorial. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 2, n. 3, p. 279-280, 2006.

GARRAFA, V. Bioética. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (Org.). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: CEBES, 2008a, p. 853-870.

GARRAFA, V.; PORTO, D.; BATAGELLO, R. Editorial. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 4, n. 1-2, p. 5-8, 2008b.

GOMES, A. S. O.; RODRIGUES, D. L. N.; SERTÃO, V. S.; PORTO, D. O. S. Ensino em Bioética: breve análise da primeira década do curso de especialização da Cátedra UNESCO de Bioética – UnB. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 5, n. 1-4, p. 81-105, 2009.

GRIGÓRIO, D. A. **Teses e dissertações em saúde pública e portarias do ministério da saúde: estudos de uma década sob a ótica do DeCS**. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

KIPPER, D. J.; OSELKA, J. **Princípios da beneficência e não-maleficência**. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. Iniciação à Bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998, p.53-70.

KOERICH, M. S.; MACHADO, R. R.; COSTA, E. Ética e bioética: para dar início à reflexão. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.14, n.1, p.106-110, 2005.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 344p.

LOPES, J. A. Bioética uma breve história: de Nuremberg (1947) a Belmont (1979). **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 262-273, 2014.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; HOSSNE, W. S. Análise bibliométrica dos 40 anos da produção científica em bioética no Brasil e no mundo. **Revista Bioethikos**, v. 4, n. 4, p. 453-460, 2010.

MACIEL, F. G. C. **Desenvolvimento científico e tecnológico em saúde: diferenças regionais**. 2009. 87. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2007.

NOGUEIRA, M. F. **Produção científica em bioética no campo da enfermagem: revisão integrativa da literatura**. 2009.124f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE BIOÉTICA. **Sobre a RBB**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.rbbioetica.com.br/rbb/index.php/a-revista>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

RIBEIRO, C. D. M.; et al. Pesquisa qualitativa na produção científica do campo da bioética. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.7, p. 2189-2206, 2014.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A. MENA-CHALCO, J. P. A ciência nas regiões brasileira: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-31, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE BIOÉTICA. **Estatuto da Sociedade Brasileira de Bioética**. 2016. Disponível em: <<http://www.sbbioetica.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

TOBAR, F; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública: conselhos e ideias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisas**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2001.172p.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Paris: Unesco, 2006. [n.p.]. Disponível em: <www.unesco.org/shs/ethics>. Acesso em: junho de 2016.

VIEIRA, A. A. C.; SOUSA, M. S.; MOURÃO, N. A. Bioética: um encontro com a fonoaudiologia. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 7, n. 1-4, p. 73-82. 2011.